



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

POLÍTICA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: estado da arte em periódicos do Serviço Social brasileiro

LARISSA GABRIELLE CAPISTRANO ¹

Resumo: Neste artigo se propõe apresentar os resultados da primeira etapa da pesquisa sobre a dinâmica relacional das políticas sociais com o processo de reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista, a partir da análise dos periódicos científicos do Serviço Social Brasileiro. A pesquisa é de cunho teórico e se assenta numa perspectiva crítica de análise. A partir do estudo bibliográfico, foi possível identificar a centralidade da temática para a área de Serviço Social.

Palavras-chave: Políticas sociais; Reprodução da força de trabalho; Serviço Social; Periódicos científicos.

Abstract: This article proposes to present the results of the first stage of the research on the relational dynamics of social policies with the process of reproduction of the workforce in capitalist society, based on the analysis of scientific journals of the Brazilian Social Service. The research is of a theoretical nature and is based on a critical perspective of analysis. From the bibliographic study, it was possible to identify the centrality of the theme for the area of Social Work.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

Keywords: Social politics; Reproduction of the workforce; Social service; Scientific journals.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar alguns resultados de uma pesquisa em que se desenvolve análise sobre as funcionalidades das políticas sociais presentes em periódicos do Serviço Social brasileiro. Um dos planos de trabalho da referida pesquisa, vinculada ao projeto de pesquisa Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte, se intitula “Política social e reprodução da força de trabalho: estado da arte em periódicos do serviço social brasileiro”. O artigo agora apresentado se refere a alguns dos resultados deste plano de trabalho.

O objeto de estudo da pesquisa foi, portanto, os periódicos de revistas do Serviço Social brasileiro, utilizando as ferramentas dispostas nos sites pesquisados, sendo importante para apreender em que revistas e artigos está contida a discussão das políticas sociais relacionadas com a reprodução da força de trabalho.

A temática da pesquisa, as políticas sociais, abrangem uma ampla relevância para os cursos de graduação em serviço social e para a atuação profissional, como explica Behring (2009):

A política social é uma matéria fundamental na formação profissional dos assistentes

sociais. Além de um componente curricular das Diretrizes da ABEPSS de 1996, todas as pesquisas e enquetes sobre inserção no mercado de trabalho mostram as políticas sociais e em especial as políticas de seguridade social – seu núcleo central – como principais empregadores dos assistentes sociais.

Da mesma forma, destaca-se a discussão acerca da reprodução da força de trabalho, que integra com grande destaque os cursos de serviço social por estarem desvinculados da perspectiva conservadora.

Nesses espaços e nessas décadas, a perspectiva do trabalho profissional do assistente social era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, na construção de novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua condição de dominação político-ideológica e econômica. (SANT'ANNA, 2020, p 79-80)

A pesquisa realizada configura-se como bibliográfica, caracterizando-se, em sua maior parte, pelas ferramentas empregadas para tabulação e análise de dados, como pesquisa quantitativa. A seguir, serão apresentados alguns resultados desta pesquisa, com destaque para: a explicação do projeto, a justificativa da pesquisa e metodologia utilizada, além de como ocorreu a execução do plano de trabalho, com os resultados obtidos e dificuldades encontradas.

2 REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais como ações interventivas do Estado perante o reconhecimento da “Questão Social”² são emergentes da fase monopolista do Capitalismo (NETTO, 2011). Uma vez que, a partir dessa fase, a dinâmica de reprodução da economia capitalista exigiu uma mudança funcional e estrutural da intervenção do Estado, resultando na imbricação entre suas funções políticas e as

²De acordo com Iamamoto (2011), a “questão social” se refere ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

funções econômicas Assim, de acordo o autor mencionado,

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011, p. 26, grifos originais).

Nessa esteira, afirma Wellen (2021), “no lugar de operar tão somente como um regulador externo e pontual dos movimentos do mercado, o Estado potencializou (especialmente a partir das demandas do desenvolvimento do próprio mercado) a sua capacidade interventiva” (p. 141).

Consequentemente, a “questão social” como referência a constituição e desenvolvimento das políticas sociais significa a emergência de um processo de disputa pela riqueza socialmente produzida nesta sociabilidade capitalista (YAZBEK, 2008). Logo, as políticas sociais, como respostas do Estado às desigualdades constituintes da estrutura desta sociedade de classes, situam-se no campo da relação entre acumulação capitalista e reprodução social da classe trabalhadora.

Para Yazbek (2008), “a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo”. Assim sendo, são resultantes de

interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem (YAZBEK, 2008, p.75)

A política social se constitui em uma “relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas” (p. 76). Desse modo,

na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações (YAZBEK, 2008, p.75).

As políticas sociais encontram-se, pois, inseridas em um contexto concreto de relações de forças entre classes sociais e, conseqüentemente, são resultantes deste. Desse modo, incorpora-se a perspectiva de luta de classe ao debate acerca das políticas sociais para o âmbito dos direitos, as quais ainda que constituídas de natureza contraditória e, ao mesmo tempo, em função dessa natureza, se apresentam como possibilidades a efetivação de direitos.

[...] As políticas sociais como processos sociais inscritos na sociedade burguesa, deve ser compreendido em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 40).

E por tal natureza, se faz necessário entender que as políticas sociais como produtos sócio históricos são fortemente influenciadas pelo movimento histórico das forças sociais e políticas no interior da sociedade. O que significa dizer que expressará o confronto entre forças sociais em seu período histórico. Assim, conforme Pereira (2012, p. 203),

[...] acreditar-se que a política social é *tão-somente* criatura do capital, não há porque defendê-la; ou, ao contrário, que ela é *sempre* conquista do trabalhador, não há como explicar a sua secular disputa pelo capital – além de, com essas atitudes, incorrer-se numa análise funcionalista (grifos originais).

Assim sendo, “as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado”. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 39).

Situar, portanto, a política social na relação dialética com o processo de reprodução social do capital, exige-se problematizar a relação de complementaridade entre o Estado e o Capital, uma vez que “[...] a economia e a política se desenvolvem de forma articulada, pois estão integradas, ambas dependem uma da outra enquanto totalidade para o funcionamento e a reprodução da sociedade” (SILVA, 2016, p. 33).

O Estado capitalista, na clássica assertiva marxista, exprime os interesses da

classe dominante da estrutura social burguesa, assim, ele “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2008, p. 42). Entretanto, no interior do Estado, os interesses da classe dominante não se apresentam evidenciados como particulares, e sim assumem a aparência de interesses universais (NETTO, 2011). E nesse sentido,

O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas, individualmente tomados. Ele realiza os ‘interesses gerais do capital’, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromisso entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais (FALEIROS, 2009, p. 64-65).

Nessa direção, importa destacar a especificidade do Estado enquanto instrumento de reprodução das sociedades de classes na sua configuração de Estado Moderno³ – o Estado sob a égide do capital, como classe economicamente dominante. É neste último aspecto – subordinação à *classe economicamente dominante* - que se revela a compreensão acerca da contradição e o caráter de classe dessa entidade (Estado). O que remete, na esteira da tradição marxista, à afirmativa de Engels (2002, p. 193), qual seja:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Com esse sentido, observa Bizerra (2016, p. 53) que “o Estado Moderno, em sua forma particularmente determinada, surge da necessidade de uma dimensão coesiva compatível com a nova reprodução econômica marcada pelos seus microcosmos produtivos centrífugos”. Consiste, portanto, numa consideração fundamental de que a origem desse Estado – o Moderno - está intrinsecamente associada à propriedade privada moderna, “[...] surge *simultânea e inseparavelmente* como complemento adequado às exigências desse sistema” (ibid., grifos originais).

³Convém informar que para este momento, nos limites da análise, concentrar-se-á na especificidade do Estado Moderno como base política do desenvolvimento do capitalismo.

O Estado constitui, assim, em pré-requisito inseparável a dominação burguesa sobre os trabalhadores, com vistas à exploração da força de trabalho – a *exploração do homem sobre o homem* sob a diretiva capitalista – e, por consequência, a apropriação privada do trabalho excedente. Para tanto, o Estado deve se configurar como base legal do capital, sem a qual sua reprodução é estruturalmente comprometida. Isso é a mediação central relevada para a apreensão da política social no processo de valorização do capital sob a particularidade de forma de gestão estatal da força de trabalho, de sua reprodução.

Essa gestão se constitui em controlar tal força, e isso, por sua vez, implica, segundo Machado (2001), controlar, essencialmente, o preço da força de trabalho. Essa autora destaca que

A força de trabalho é constituída por todas aquelas pessoas que têm na venda de sua força de trabalho sua única possibilidade de sobrevivência. Portanto, quando nos referimos ao preço da força de trabalho não estamos nos referindo, apenas, aos trabalhadores formalmente empregados, mas, também, aqueles ‘em disponibilidade’ para o capital (MACHADO, 2001, p. 71).

Tal compreensão se assenta, portanto, conforme já desvelara Marx (2012), no fato de que vender a si próprio na condição de força de trabalho ao capitalista –, este como proprietário dos meios de produção – significa para o trabalhador a única possibilidade para sua subsistência, uma vez dada à separação histórica entre os meios de produção e sua condição de produtor direto⁴. A venda de sua capacidade de trabalho, que assume forma de mercadoria numa relação mercantil entre proprietários distintos no modo de produção capitalista – um é proprietário da mercadoria *força de trabalho*, e outro o é do *capital* - compreende, pois, uma condição histórica e social na qual se encontra subsumido.

Essa compreensão é indispensável para a apreensão real das implicações que incidem sobre a classe trabalhadora no desenvolvimento histórico, sobretudo do tempo presente. E nessa direção, afirma Wellen (2021, p. 2):

⁴Para apreensão do processo histórico de decomposição da unidade entre os produtores diretos e os meios de produção (instrumentos de trabalho), como condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo, consultar: o Capítulo XXIV d'O Capital – *A Assim chamada acumulação primitiva* (MARX, Tomo I, vol. II, 2012). Outra indicação interessante na discussão compreende a obra *História da Riqueza do Homem*, de Léo Huberman (1985).

Quanto mais se capacita uma perspectiva que não se limite a captações de fenômenos aparentes da questão social e que tencione abarcar a essência constitutiva desse complexo social, não somente surgem desdobramentos analíticos novos, como essas análises podem apresentar contradições presentes tanto da realidade investigada, como, também, no próprio interior da profissão. Apreender, de forma profunda e crítica a relação entre a questão social e as políticas sociais é, em última instância, clarificar os limites e as possibilidades que lastreiam a categoria profissional dos Assistentes Sociais (WELLEN, 2021, p. 2).

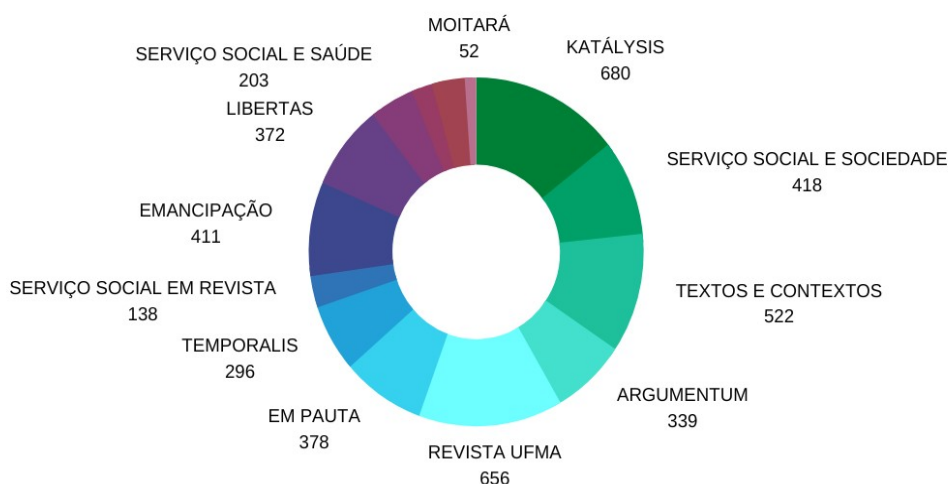
Assim sendo, “a análise acerca da contraditória funcionalidade das políticas sociais para o modo de produção capitalista” (ibid., p. 3-4), se constitui como uma das referências centrais do próprio desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro (SPOSATI, 2007). O Serviço Social tem se constituído em campo de referência teórico-analítico sobre a temática, sobretudo, na relação com as condições de reprodução de vida da classe trabalhadora. Revela-se, portanto, a importância da proposta analítica presente.

3 POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: uma análise a partir dos periódicos científicos

Durante a pesquisa realizada nos programas de pós-graduação em serviço social, foram encontradas 18 universidades com revistas de serviço social, sendo duas com os sites desativados, a revista da Universidade Estadual da Paraíba, com a revista “Qualitas” e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com a revista “Revista de serviço social”, foi realizada uma delimitação temporal, do ano de início das revistas até o ano de 2020.

No total foram utilizadas 16 revistas, como mostra o gráfico a seguir, com a quantidade de artigos contidos em cada uma, com o total de 5.552 artigos contidos nas revistas, sendo distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 1 - quantitativo de artigos por revista



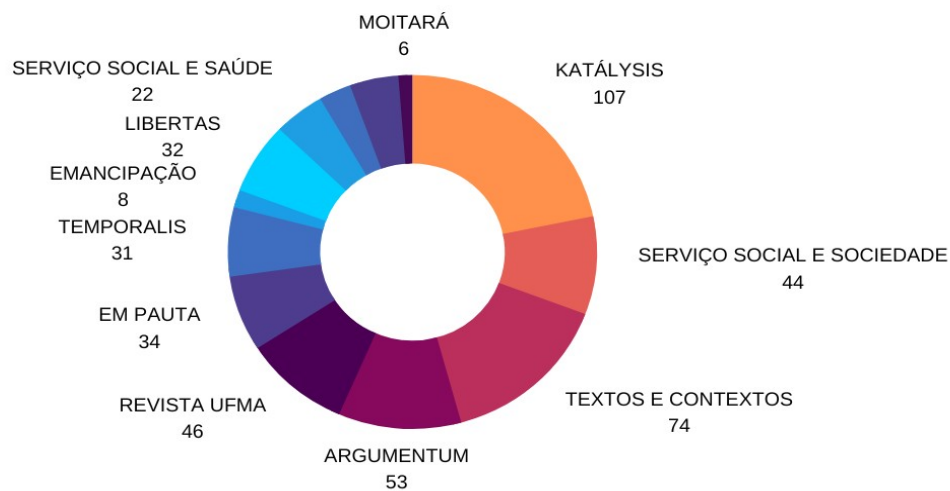
Fonte: Elaboração própria

Os artigos foram identificados através de palavras-chave contendo aspas na barra de pesquisa, por exemplo: “políticas sociais”; como tentativa de afunilamento da pesquisa, para que aparecesse apenas o resultado desejado. Mas, após finalização dessa etapa, foi encontrado um número considerado pequeno de artigos, além de ter sido retirada da pesquisa as revistas “SER social”⁵ e “O social em Questão”⁶. Essa primeira etapa se deu por encerrada totalizando 514, ou seja, apenas 9,26% de artigos. Como mostra a seguir:

Gráfico 2 - Quantitativo de artigos selecionados através das palavras chave na primeira contagem.

⁵Por não apresentar nenhum resultado quando era pesquisado na barra de pesquisa, além de ter estado fora do ar durante o período em que era realizada a pesquisa pelas palavras-chave.

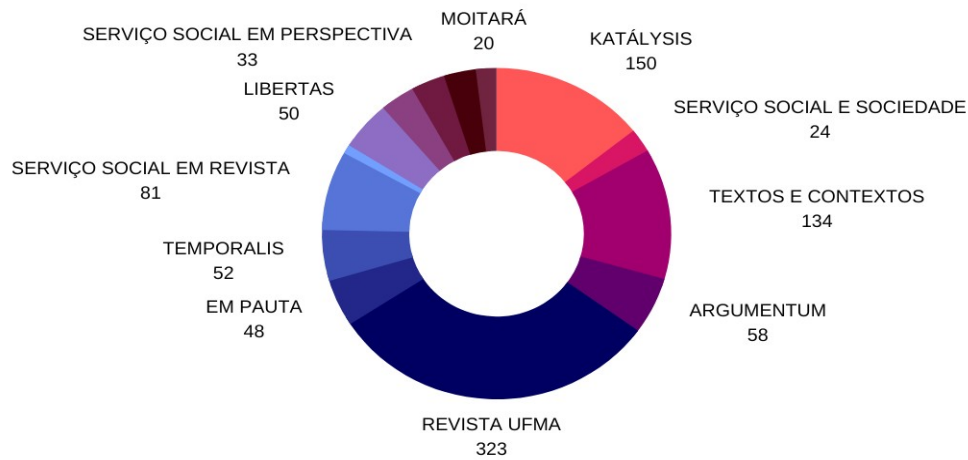
⁶Por haver também empecilhos durante a pesquisa, no qual mostrava uma quantidade limitada de artigos, impossibilitando o andamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Diante da pouca presença temática da política social nos artigos identificados a partir das terminologias utilizadas na pesquisa, somando-se com relatos de inconsistência e imprecisão de estruturação das plataformas das revistas (como exemplo, pesquisas variavam a partir de usos de aspas ou não), cogitou-se a repetição da realização desta etapa. Por esse motivo, foi necessário repetir o referido levantamento, mas sem a utilização de aspas na barra de pesquisa, que possibilitou a identificação de 1.047 artigos, ou seja, 20,95% do total de artigos, como demonstrado a seguir:

Gráfico 3 - Quantitativo de artigos selecionados pelas palavras chave na segunda contagem.

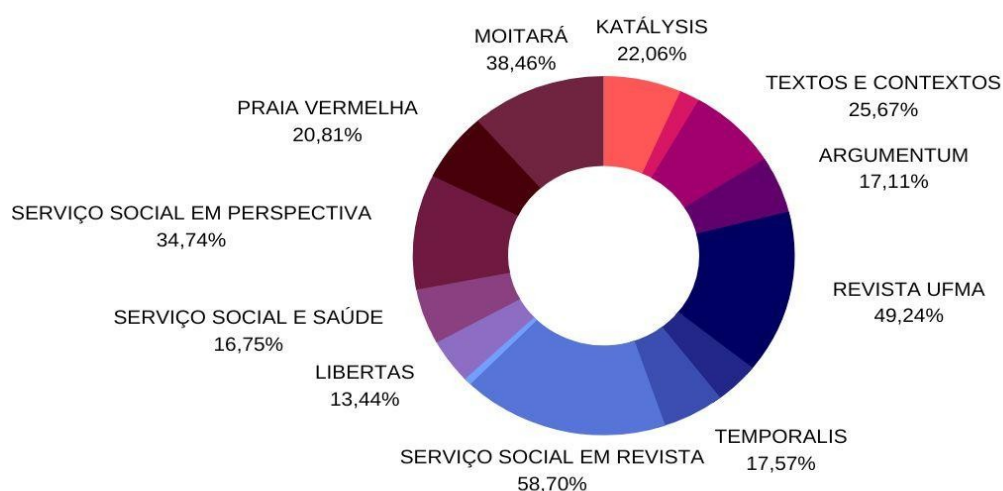


Fonte: Elaboração própria.

Após a conclusão desta etapa da pesquisa, foi integrado um gráfico referente à porcentagem que representa a importância das palavras-chave pesquisadas para cada uma das revistas, por exemplo, a “Revistas de Políticas Públicas” possui o dado de 49,24% de artigos contidos dentro das palavras-chave utilizadas na pesquisa, mas não é a revista com maior relevância dentro do assunto, como a revista “Serviço Social em Revista” que tem um dado de 58,70% de artigos com as palavras-chave pesquisadas, ou seja, mesmo sendo uma revista relativamente menor, contendo apenas 138 artigos no total, como mostrado no gráfico 1, mais da metade dos seus artigos tem relevância dentro do assunto pesquisado.

Por esse motivo foi realizada uma contagem referente à porcentagem de relevância de cada revista, com o número total de artigos e os artigos selecionados a partir das palavras-chave que trazem relevância para a pesquisa, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Porcentagem de relevância.



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os principais desafios encontrados durante a realização da pesquisa, destacam-se: a contagem de artigos, pelas revistas não disponibilizarem nenhuma ferramenta de contagem de dados contidos e durante a pesquisa pelas palavras-chave, sendo observado que a revista “Moitará” passou um período com o site desativado, mas sendo rapidamente solucionado e não havendo mais nenhum problema no decorrer da pesquisa. A revista “Serviço Social e Sociedade” não possui um site exclusivo para a revista, estando limitado com artigos a partir de 2010.

A revista “Katálysis” não mostrava as palavras-chave em todos os artigos, era necessário realizar o download do PDF para conseguir ter acesso, tendo ocorrido o

mesmo problema com a revista “Argumentum” e “Revista Em Pauta”. A “Revista de Políticas Públicas” tinha um dos sites mais complicados para utilização, sendo antigo e a barra de buscas não funcionava corretamente, quando aparecia o resultado da busca havia uma limitação de 15 artigos na página e eram os únicos que era possível o acesso. Mas, depois de um longo período, foi solucionado e agora se encontra com um novo sistema, facilitando as buscas.

As revistas “Ser Social” e “O Social Em Questão” apresentaram o mesmo problema, impossibilitando a realização da pesquisa, além de site daquela (Ser Social) se encontrar atualmente desativado. Por esse motivo, foi decidido que seria necessário deixar essas revistas de fora da pesquisa.

4 CONCLUSÃO

Desde o início da sociedade capitalista, com a sociedade urbana e industrializada, os trabalhadores foram politizando-se de acordo com as necessidades que iam surgindo ao decorrer do tempo, se tornando cada vez mais uma questão política com os movimentos dos operários. Contudo, na sociedade capitalista, as lutas políticas e econômicas do capital contra o trabalho se direcionam para a ampliação da exploração e da privatização de sistemas básicos para garantia de direitos e, com isso, as reformas capitalistas para tais adaptações passam e são reforçadas pelo Estado.

É possível compreender que as políticas sociais são uma tentativa de “melhoramento” das relações entre essas classes sociais antagônicas. Como descreve Wellen (2021), as políticas sociais, a depender da sua funcionalidade, podem ser utilizadas para a diminuição dos custos para a manutenção desses trabalhadores, que têm seus salários reduzidos, consequentemente aumentando os lucros da burguesia.

Pode-se perceber a importância do debate que leva desde o início do Estado

capitalista, como acontece o subsídio da regulação social através do Estado para benefício da burguesia, como um fator a ser discutido de forma mais aprofundada dentro do serviço social brasileiro, por ser um debate ainda muito atual, principalmente com as questões governamentais em que estamos inseridos atualmente.

Através dessa análise, é possível observar uma relação direta entre as políticas sociais e regulação social proporcionada pelo Estado. Visto que essa regulação só acontece quando há lucro para o capital “Para o capital, a regulação estatal só faz sentido quando gera um aumento da taxa de lucros, intervindo como um pressuposto do capital em geral” (BEHRING, 2009, p. 18, apud, OLIVEIRA, 1998) pois a taxa de lucros de tempos em tempos se encontra em queda, forçando o Estado a se reorganizar para ceder a pressão colocada pela capitalização crescente.

Em virtude dos fatos mencionados foi possível observar que ainda se tem um longo caminho a ser percorrido, com aprofundamento teórico acerca das políticas sociais e sua relação com a reprodução da força de trabalho, que deixa um questionamento muito importante acerca da necessidade do Estado subsidiar a regulação social para contribuição com interesses da burguesia e para a reprodução da classe trabalhadora, isso traz a importância da pesquisa realizada para entender as políticas sociais utilizadas no Brasil e quais seus enfoques principais.

Sendo imprescindível discutir também a relevância da temática, visto que foram obtidos resultados satisfatórios acerca da utilização dos periódicos do serviço social para a pesquisa referente à funcionalidade das revistas e como se integram em um assunto diariamente debatido dentro da graduação em Serviço Social.

Posteriormente será realizada mais uma tabulação com os artigos selecionados na filtragem das palavras-chaves para posterior leitura e análise para entender como os artigos selecionados se conectam com a temática das políticas sociais e reprodução da força de trabalho.

5 REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. **Serviço**

Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 301-322, 2009.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. - 9ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital:** uma coexistência necessária. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002. Tradução de Ruth M. Klaus.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista:** as funções da previdência e assistência sociais. - 12ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

HUBERMAM, Léo. História da riqueza do homem. - 21ª ed. - Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, Edneia M. O preço da Força de Trabalho: Paradigma de Análise da Política Social. **Semina:** Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 22, p. 67-73, set. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/3883/3121>>. Acesso em: 23.08.2022.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 1/2.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 10, p. 29-41, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Ines Souza; PEREIRA, Potyara A. P; VASCONCELOS, Ana Maria de. **Política social e democracia.** - 5ª. ed. - São Paulo Rio de Janeiro: Cortez UERJ, 2012.

SANT'ANNA, Carlos. O Serviço Social na Contemporaneidade e a Ruptura com o

Conservadorismo na Profissão. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas-ISSN 2176-5766**, v. 7, n. 1, p. 68-83, 2020.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SPOSATI, Aldáiza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). **Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002>. Acesso em: 23.08.2022.

WELLEN, Henrique. Política social e reprodução da força de trabalho: um dilema contemporâneo. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 139-152, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.